

ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

INSS: 13º pode sofrer tributação

O pagamento da primeira parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas terá início no próximo dia 25, segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Atrasado, por uma ingerência do Governo Federal junto ao Congresso, o benefício pode chegar com descontos nas parcelas programadas para os beneficiários. Os pagamentos são divididos em 50% do valor que o beneficiário deve receber, mas a tributação do imposto de renda é feita de forma diferente conforme o aposentado ou pensionista recebe mais dinheiro do INSS.

Em resumo, é o seguinte: caso o segurado tenha 64 anos ou menos e receba um benefício superior a R\$ 1.903,98, haverá desconto do imposto de renda no pagamento da segunda parcela. Já para os segurados com idade superior aos 65 anos, essa tributação só é feita caso o benefício supere R\$ 3.807,93. Se o segurado começou a receber do INSS em fevereiro deste ano, o 13º será pago proporcionalmente ao número de meses que ele recebeu auxílio do Instituto. Isso também vale para quem está recebendo benefício temporário com encerramento até o dia 31 de dezembro, comum em casos de auxílio-doença, por exemplo.

Eletobras

Segundo estimativa da Abrace (Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres), a privatização da Eletobras vai resultar em um aumento de R\$ 20 bilhões por ano aos consumidores. A contratação de termelétricas em quantidades e locais já definidos, sem suporte e estudo técnico, pode resultar no aumento de custo. Os aumentos para o setor produtivo chegariam a 20% da conta de energia, que serão refletidos nos preços dos produtos e serviços à população.

Usados puxam inflação

Os preços de carros usados, aqueles com 4 a 10 anos de uso, foram os que mais experimentaram acréscimos no mês de abril. É o que aponta o indicador Monitor de Variação de Preços, da KBB Brasil. O estudo analisou 24.669 versões de veículos à venda no mercado e aponta que, em média, o segmento dos carros usados teve mais de 2% de aumento, enquanto os carros novos demonstraram estabilização e os seminovos tiveram reajustes menores no período. A tendência é de arrefecimento.

Brasileiros pagam mais impostos

Até ontem, os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em tributos arrecadados desde o 1º dia do ano de 2021 pelos governos federal, estaduais e municipais, segundo o Impostómetro, da ACSF. Entraram na conta impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária. Segundo as informações da ACSF, no ano passado, esse valor foi superado no dia 27 de junho e, em 2019, em 24 de maio. O índice, portanto, aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia.

Dia sem impostos

A CDL Jovem de Fortaleza organiza nova edição do Dia Livre de Impostos (DLI) em 2021, em 27 de maio, com a participação dos shoppings Iguatemi, North Shopping (Fortaleza e Jockey) e Euabéio, além de lojas de rua e vendas online pelo site do DLI (www.dialivredeimpostos.com.br). O Dia Livre de Impostos deve oferecer aos consumidores descontos de até 70% nos produtos, correspondente ao valor dos tributos. Empresas interessadas em participar podem se cadastrar no site. Informações: (85) 3464-5520.

Cursos gratuitos

Estão abertas as inscrições para cursos profissionalizantes e oficinas on-line dos sete Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS) da Secretaria da Proteção Social (SPS). São 400 vagas em várias áreas, destinadas a pessoas a partir dos 16 anos. Os cursos têm carga horária de 100h e vão desde Fotografia Básica até Cuidador. Já as oficinas têm carga horária de 20h e são voltadas para o aperfeiçoamento profissional. Para mais informações, basta acessar o site da SPS (www.sps.ce.gov.br).

Gás: Térmicas consomem 24% a mais



Em mais um indicativo de que a conta de luz seguirá pressionada pela seca sobre os reservatórios das hidrelétricas, o consumo de gás natural para geração de energia se aproximou no primeiro trimestre do patamar do mesmo período de 2015, quando o brasileiro pagou taxa extra durante todo o ano. De acordo com dados da Abegás, as térmicas consumiram 31,2 milhões de metros cúbicos por dia de gás nos primeiros três meses do ano, alta de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

IGP-M, índice usado em revisão dos contratos de aluguel, acumula alta de 32% em 12 meses. Mas na Justiça comerciantes conseguem reduzir em até 80% o aluguel de lojas. Especialistas recomendam negociar valor para não pesar para nenhum lado.

Disputa eleitoral antecipada atravanca reformas

Mercado financeiro e analistas políticas dizem que antecipação para disputa política de 2022 inviabiliza reformas e privatizações

Entre os principais temas em discussão no Legislativo, estão a reforma administrativa, três propostas de reforma tributária e a privatização de algumas estatais. A chance de aprovação de reformas econômicas até 2022 passou a ser vista como remota pelo mercado financeiro e por analistas políticos. Em todas as reformas, as mudanças contrariam grupos de interesse organizados, como o funcionalismo, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada. Pesam também a continuidade da pandemia, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada. Pesam também a continuidade da pandemia, o que torna difícil o andamento dessas questões em um ambiente que já é de disputa eleitoral antecipada.

“Há uma fragilização do ministro da Economia, que vem perdendo poder ao longo de todo o processo, sendo desacreditado pelo presidente da República, que defende posições que vão contra a agenda econômica”

Entre os principais temas em discussão no Legislativo, estão a reforma administrativa, três propostas de reforma tributária e a privatização de algumas estatais. A chance de aprovação de reformas econômicas até 2022 passou a ser vista como remota pelo mercado financeiro e por analistas políticos.

A reforma dos tributos sobre o consumo em todos os níveis de governo sofreu um revés nas últimas semanas com a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de anunciar o fim da comissão que analisa uma das propostas. Ele sinalizou apoio ao projeto que unifica apenas dois tributos federais (PIS/CoFins), mas que também enfrenta resistências de alguns setores.

A administração sofre resistência tanto de parlamentares de oposição quanto de governistas, que já falam em adiar as discussões para 2023.

Em relação às privatizações, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que quebra o monopólio dos Correios e também editou uma medida provisória que abre caminho para a venda da Eletobras. Os textos ainda precisam do aval da Câmara e do Senado.

Nos dois primeiros meses após a troca de comando no Congresso, os parlamentares chegaram a aprovar a autonomia do BC, uma versão destacadada da PEC emergencial e

o novo marco regulatório do saneamento básico, mas o andamento de novas propostas tornou-se incerto.

Claudio Couto, coordenador do metrado de Gestão e Políticas Públicas da FGV EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), afirma que a atual administração sempre priorizou a reeleição e o combate aos adversários à agenda de reformas econômicas. Para ele, a entrada do ex-presidente Lula na disputa por 2022 resultou em um aquecimento do clima de disputa eleitoral antecipada, o que prejudica ainda mais o andamento das reformas e enfraquece a posição da equipe econômica.

“Há uma fragilização do ministro da Economia, que vem perdendo poder ao longo de todo o processo, sendo desacreditado pelo presidente da República, que defende posições que vão contra a agenda econômica”, afirma Couto. “A gente tem visto também esse desembarque em massa de membros do Ministério da Economia, que foram percebendo que a proposta que orientava sua ida ao governo não seria levada adiante.”

Mauro Morelli, estrategista-chefe da Davos Investimentos, afirma que os investidores veem uma antecipação do cenário eleitoral de 2022.

Para ele, várias das propostas em discussão no Congresso teriam efeitos positivos sobre a população de maneira geral, mas podem gerar perdas para minorias que estão bem organizadas e podem causar ruído político. “A visão que se tem é

que já estamos no fim do governo, quando, na realidade, deveríamos estar pensando que estamos apenas um pouco depois da metade”, afirma Morelli. Para ele, esse cenário limita a atuação do Ministério da Economia, embora a equipe econômica ainda esteja obtendo mais vitórias do que derrotas nas discussões sobre a política fiscal.

Gustavo Frota, estrategista da RB Investimentos, diz ver semelhanças entre a situação atual e o segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, quando outras áreas do governo se opunham às propostas do Ministério da Fazenda. “Existem menos espaço para reformas do que a gente estava vendo no início do ano, e a gente não vê uma atuação única do Executivo que elas sejam aprovadas”, afirma.

Para ele, a reforma administrativa pode até ser votada na Câmara, mas terá dificuldade em avançar no Senado neste ano enquanto durar a CPI da Covid. Em 2022, o foco será a disputa pelo aumento de despesas que será viabilizado pela correção do teto de gastos por uma inflação mais alta.

O economista Otto Nogueira, professor do Insper, diz que o que se vê atualmente é uma desmobilização do ministério, com projetos engavetados e uma dificuldade muito grande de diálogo com o Congresso. “Este 2021 pode ser considerado um ano perdido, 2022 é ano de eleição. Tudo vai depender do governo que vai assumir em 2023. Se este governo for reeleito, vão ser mais quatro anos de problemas.” (Por Folha Press).



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.200, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.201, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.202, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.203, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.204, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.205, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 1.206, DE 2021. - Altera o inciso II do art. 1º da Lei nº 13.009/2014, que institui o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cauacema - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE. A Prefeitura Municipal de Cauacema torna público para conhecimento dos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE, no dia 25 de maio de 2021, às 10h00min, para aquisição de material de consumo.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Euabéio - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE. A Prefeitura Municipal de Euabéio torna público para conhecimento dos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE, no dia 25 de maio de 2021, às 10h00min, para aquisição de material de consumo.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São José do Bonfim - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE. A Prefeitura Municipal de São José do Bonfim torna público para conhecimento dos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE, no dia 25 de maio de 2021, às 10h00min, para aquisição de material de consumo.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São José do Bonfim - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE. A Prefeitura Municipal de São José do Bonfim torna público para conhecimento dos interessados que realizará o Pregão Eletrônico nº 02.17.05.2021-PE, no dia 25 de maio de 2021, às 10h00min, para aquisição de material de consumo.